

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA 2023

1 - DADOS PESSOAIS DO ALUNO		
Nome:		
RA:	Qual ano está cursando?	
CPF:	Idade:	RG:
Endereço:		
E-mail:		
Telefones para Contato:		
Já foi contemplado com bolsa ou desconto na EC? De qual valor?		

2 - INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS					
2.1 – Quantas pessoas compõem o Núcleo Familiar*?					
(*) – Núcleo Familiar – composto por uma ou mais pessoas, podendo ser considerados ainda como componentes, as pessoas que contribuam para os rendimentos ou tenham as suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, em geral que convivam sob o mesmo teto, porém, não necessariamente (caso de pais separados, por exemplo).					
2.2 - Dados do Núcleo Familiar* (inclusive do Aluno):					
Nome	Idade	Est. Civil	Parentesco	Profissão	Renda Bruta
1 -					
2 -					
3 -					
4 -					
5 -					
6 -					
7 -					
8 -					
9 -					
Total da Renda do Núcleo Familiar					
2.3 - No Núcleo Familiar há pessoas com doenças graves e gastos com medicamentos e/ou tratamentos				() Sim	() Não
Favor descrever:					

2.4 - A moradia do o Núcleo Familiar é:	<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Financiada	<input type="checkbox"/> Alugada
2.5 – Há outro membro do Núcleo Familiar cursando na Escola da Cidade?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Em caso afirmativo, possui bolsa? Qual? percentual?			
2.6 - Há outro membro do Núcleo Familiar estudando em outra instituição de ensino?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Caso afirmativo, favor descrever (se pública ou privada e se possui subsídio):			

3 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
3.1 - Relacione os bens que o Núcleo Familiar possui (Imóveis, Automóveis e Outros)			
Espécie de Bens	Ano Marca Modelo	Localização	Valor de Mercado - Aproximado

Nota: Convém lembrar ao Aluno solicitante que, as declarações prestadas neste termo são regidas pelos dispositivos legais competentes, portanto, sujeita às sanções penais e acadêmicas em vigor (Art. 299, do Código Penal). Estando assim, o declarante ciente que, em caso de falsidade ou omissão deliberada das informações, sofrerá as consequências cabíveis.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa (...), se o documento é particular

A ESCOLA DA CIDADE tratará os dados pessoas em observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”).

São Paulo, _____ de _____ de 2022

Assinatura do Responsável Legal